

ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Nome da Demanda	3ª Reunião de Análise da Estratégia - RAE de encerramento do ano de 2021	Data	18/04/2022
Local	3º andar (Pleninho)	Horário	11:00 às 12:00

2. PAUTA DA REUNIÃO

Análise do desempenho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em relação às Metas Nacionais no ano de 2021.

3. PARTICIPANTES

Nome	Área
Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla	Desembargadora Presidente do Tribunal
Fabio Grasselli (ausência justificada)	Desembargador Vice-Presidente Administrativo
Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani (ausência justificada)	Desembargador Vice-Presidente Judicial
Ana Paula Pellegrina Lockmann	Desembargadora Corregedora Regional
Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza (ausência justificada)	Desembargadora Vice-Corregedora
João Batista Martins César (ausência justificada)	Desembargador Diretor da Escola Judicial
Helcio Dantas Lobo Junior (ausência justificada)	Desembargador Ouvidor
Antonia Regina Tancini Pestana (ausência justificada)	Desembargadora Vice-Ouvidora
Ricardo Regis Laraia (ausência justificada)	Desembargador
Luciane Storel (ausência justificada)	Desembargadora Gestora de Metas
Lucia Zimmermann	Juíza Auxiliar da Presidência
Marcos da Silva Porto	Juiz Auxiliar da Presidência
Mauro César Luna Rossi	Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa
Guilherme Guimarães Feliciano	Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Judicial
Carlos Eduardo Oliveira Dias (ausência justificada)	Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Regional

ATA DE REUNIÃO

Levi Rosa Tomé (ausência justificada)	Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional
Sérgio Polastro Ribeiro	Presidente da AMATRA XV
Ivan Bagini (ausência justificada)	Presidente do SINDIQUINZE
Adriana Martorano Amaral Corchetti	Secretária-Geral da Presidência
Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser (ausência justificada)	Diretor-Geral
Paulo Eduardo de Almeida	Secretário-Geral Judiciário
Luiz Henrique de Freitas Pereira	Secretário de Gestão de Pessoas Substituto
Gustavo Fachim (ausência justificada)	Assessor da Diretoria-Geral
Lara de Paula Jorge (ausência justificada)	Assessoria da escola Judicial
Antonio Carlos Betanho	Coordenador de Estatística e Pesquisa
Arlene Andrade Rebolla	Coordenadoria de Estatística
Iara Cristina Gomes	Assessora da Gestão Estratégica
Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson	Secretária da Administração
Herbert Wittmann	Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações
Helen da Silva Paes de Souza	Assessoria de Gestão Estratégica

4. DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS

A Assessora de Gestão Estratégica, **Iara Cristina Gomes**, agradeceu a participação de todos e iniciou destacando que a 3ª Reunião de Análise da Estratégia - RAE foi designada para tratar dos resultados finais do Tribunal em relação às Metas Nacionais no ano 2021, conforme previsto no artigo 9º da Resolução nº 325 do CNJ, que determina a periodicidade quadrimestral para esse evento.

A apresentação teve início pela **META 1** do Poder Judiciário (CNJ): **julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e os sobrestados**. No 1º Grau, o índice alcançado pelo TRT-15 foi de 97,08%, resultado abaixo do previsto pela meta (100%), porém, superior ao resultado final de 2020, em que o Tribunal atingiu 81,80%. No 2º Grau, a meta foi ultrapassada com o percentual de 106%, embora inferior aos 112% obtidos no ano passado.

ATA DE REUNIÃO

A Desembargadora Corregedora Regional, **Ana Paula Pellegrina Lockmann**, pontuou, inicialmente, que no 1º grau a meta não foi atingida, mas ressaltou que houve um aumento na produtividade. Por outro lado, no 2º grau, em que pese a meta ter sido atingida, houve uma redução na produtividade.

A **meta 2** do CNJ estabelece: **julgar os processos mais antigos - Julgar pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019**. No 1º Grau, o resultado obtido pelo TRT-15 foi de 85,27%, ao passo que em 2020 foi de 98,36%, época em que a meta era 92%. No 2º Grau, a Instituição alcançou 97,93% e no ano passado atingiu 107%.

Nesse momento, a Desembargadora Corregedora **Ana Paula** destacou o impacto da pandemia em relação ao número de audiências realizadas e salientou a importância dos atos presenciais para o encerramento de instruções e perícias, o que certamente contribuirá para a melhoria do desempenho do Tribunal.

Acrescentou que o *déficit* na força de trabalho nas unidades de 1º grau prejudica o cumprimento da meta e que a Corregedoria Regional vem apresentando iniciativas para redimensioná-la de forma que os servidores possam atuar em Unidades com maior criticidade.

Abordou, também, o trabalho realizado pela Corregedoria, citando correições, auto-inspeções e o Projeto Multidisciplinar, objetivando o aumento da quantidade de audiências a serem realizadas pelas Varas do Trabalho, o que ocorrerá de forma híbrida e presencial, melhorando assim os índices abordados.

Asseverou, ainda, sobre o aumento na quantidade de processos recebidos semanalmente, o que impacta de forma considerável no cumprimento da relativa meta.

A **meta 3** do CNJ trata do estímulo à conciliação: **aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2018/2019 (42,66%), em 1 ponto percentual (43,66%)**. A Assessora Iara sublinhou que o Tribunal nunca havia superado a meta prevista para a Conciliação. Explicou que o índice anual, em 2021, foi de 43,66% e que a Instituição ultrapassou este número, obtendo o resultado final de 43,81%.

Relativamente à **Meta 5**, que diz respeito à **Taxa de Congestionamento - Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019** (cláusula de barreira de 40% na fase de conhecimento e de 65% na execução), a Assessora Iara esclareceu que em 2019 a taxa de congestionamento foi de 48,79%, o que, reduzido dois pontos percentuais, corresponde a uma meta de 46,79% para o ano de 2021. Elucidou que o TRT-15 está no "vermelho" pois, como se trata de taxa de congestionamento, seria necessário baixar da marca de 46,79% para atingir um resultado satisfatório. No entanto, o percentual obtido pelo Regional foi de 51,45%.

Nessa oportunidade, o **Coordenador de Estatística e Pesquisa, Antonio Carlos Betanho** teceu algumas considerações acerca da taxa de congestionamento, explicando que a meta mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução em relação ao total tramitado, no período de um ano.

ATA DE REUNIÃO

Assim, quanto maior o índice, mais difícil será para o Tribunal lidar com seu estoque de processos. Outrossim, a taxa de congestionamento líquida é calculada retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

Em seguida, a **Desembargadora Corregedora Ana Paula** mencionou os impactos da pandemia em relação aos resultados institucionais e abordou a necessidade das Unidades do TRT-15 na incrementação de indicadores em três aspectos: acervo, produtividade e celeridade. Diante disso, destacou o trabalho da Corregedoria no sentido de apontar aos gestores os gargalos que criam pendências e salientou que a necessidade de se finalizar corretamente um processo na fase de execução é muito importante, pois uma pequena pendência pode impactar no resultado da meta.

Reforçou o fato de que, em relação à fase de execução, a Corregedoria, especialmente o Núcleo de Pesquisa Patrimonial, realizou, em 2021, várias ações visando a diminuição da taxa de congestionamento, quais sejam: V e VI Maratona de Pesquisa Patrimonial, XI Semana Nacional de Execução e I Semana Regional da Efetividade do Projeto Garimpo, além dos esforços institucionais para padronização da atuação dos Oficiais de Justiça na relativa fase.

Sobre a **Meta 9** do CNJ, que **determina a integração do Poder Judiciário à Agenda 2030** (Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS), a Assessora **Iara** esclareceu que a meta foi dividida em dois momentos. O primeiro refere-se à entrega do plano e o segundo à execução, ambos cumpridos pelo Regional com louvor. Nesse sentido, o Plano de Ação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS foi elaborado, aprovado e enviado ao CNJ. Sua execução foi comprovada com mais 14 ações listadas pelo Tribunal, envolvendo temas sobre o Trabalho Decente (ODS 8), o Trabalho Seguro e a Erradicação do Trabalho Infantil.

A **meta 10** do CNJ diz respeito à **realização de exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e servidores**. Neste ponto, a Assessora **Iara** esclareceu que houve a suspensão desse indicador em razão da ocorrência da pandemia da Covid-19.

Quanto à **Meta 11 - Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total**, a Assessora **Iara** apontou que o resultado do 1º Grau foi de 100% e no 2º Grau a meta não foi atingida, sendo o índice de 97,15%.

Nesse momento, o **Secretário-Geral Judiciário, Paulo Eduardo de Almeida**, salientou o impacto da pandemia em relação à digitalização do acervo presente no Tribunal, tendo em vista o trabalho remoto das Secretarias, no período. Relatou, ainda, a questão dos “lixos” estatísticos, que são movimentações realizadas de forma equivocada pelas Unidades. Informou que restam poucos processos a serem digitalizados e que até junho/2022 o TRT- 15 atingirá 100% da meta.

Finalizando a apresentação, a Assessora **Iara** agradeceu a oportunidade de explicar sobre as Metas Nacionais, enfatizando os bons resultados atingidos.

Por fim, a **Desembargadora Presidente** agradeceu a participação de todos, ressaltando o engajamento

ATA DE REUNIÃO

de Magistrados e Servidores na busca pela excelência na prestação jurisdicional, encerrando-se, assim, a reunião.

5. APROVAÇÃO DA ATA

Preparada por	Luiza Batista Valente Barbosa	Data	18/04/2022
Revisada por	Iara Cristina Gomes	Data	03/05/2022
Divulgada por email em		Data	03/05/2022
Considerada aprovada em		Data	03/05/2022

IARA CRISTINA GOMES
Assessora da Gestão Estratégica